

ACDF: a primeira representação política

Durante as três primeiras décadas da cidade a Associação Comercial foi o principal plenário da sociedade local, uma incubadora de líderes

Rogério dy la Fuente
de Brasília

Corria o ano de 1957 e o que hoje é o Núcleo Bandeirante era chamado de "Cidade Livre". O nome da localidade decorria do fato de que todo e qualquer empreendedor que quisesse ali se estabelecer não tinha restrições para fazê-lo. Para congregar e defender os interesses dos comerciantes pioneiros, vindos de todas as partes do Brasil, nascia em 16 de julho a Associação Comercial do Distrito Federal (ACDF). Em seus primeiros anos a associação teve um caráter comunitário, logo superado pela necessidade de defesa da consolidação de Brasília como a capital da República.

"No começo da cidade havia uma considerável dificuldade em tocar os negócios. Tudo ficava em Goiânia. Nossas empresas eram registradas lá porque inexistiam cartórios em Brasília", afirma o vice-presidente da ACDF, no exercício da presidência, Carlos Magno de Melo. Ele recorda-se que o primeiro presidente da entidade, Antônio de Paula Pontes, mais conhecido como Tônico, teve destacado papel na constituição da associação, que formou entre outras coisas o primeiro corpo de bombeiros voluntários da cidade.

Já em maio de 1963, numa "cortezia do Informador Comercial de Brasília" (sic) o primeiro boletim da ACDF mostrava o progresso obtido pela associação em quase cinco anos de existência. Noticiava a constituição da Faculdade do Comércio, com aulas de formação de técnicos de contabilidade lecionadas no Colégio Dom Bosco e apresentava oportunidades de comércio exterior - empresas e profissionais interessadas em investir na nova capital brasileira, assim como importadores interessados em produtos brasileiros. In-



Reproduções: Evandro Matheus

O jornal da associação conta a história de lutas da entidade

tegravam a diretoria da associação, além de Tônico - que continuava a presidi-la - empreendedores cujos negócios persistem ainda hoje, como Waldomiro Slaviero e Orlando Taurisano.

Veio abril de 1964 e o perfil da associação teve uma guinada. O trabalho de caráter comunitário foi trocado por uma militância política. "Essa transição se deu por necessidade de cidadania mesmo. Por ocasião do governo militar, Brasília sofreu várias ameaças de retorno da capital ao Rio de Janeiro e coube à associação sair em defesa de Brasília e da continuidade da transferência dos ministérios e demais órgãos públicos federais para cá", disse Carlos Magno.

Médico por formação, graduado na Universidade de Brasília (UnB), o presidente em exercício da ACDF não é um dos pioneiros da entidade. A maioria dos ainda vivos está afastada da gestão. Magno passou a frequentá-la na condição de produtor rural do Entorno, em meados da década

de 80. A família dele é de fazendeiros de São João d'Aliança. A necessidade de estradas vicinais com capacidade de escoar a produção das fazendas da região o fez aproximar-se da ACDF. "Pude acompanhar as principais lutas políticas da Associação, entre elas a de conquista da representação parlamentar do DF no Congresso Nacional que seguiu-se depois da obtenção da autonomia política, com o início da Câmara Legislativa", lembra.

Todas as correntes de pensamento puderam se expressar na ACDF, que tornou-se a primeira assembleia distrital. Em setembro de 1977, o auditório da associação candanga recebia o então presidente da Associação Comercial de São Paulo, Paulo Salim Maluf, que defendia a manutenção do AI-5 nas mãos do presidente da República para assegurar o desenvolvimento econômico do País.

Se hoje o DF tem governador, deputados federais e senadores, deve o maior crédito disso à As-



sociação Comercial, que travou batalhas ao longo de quase quinze anos. Outra pequena parte é devida a Itamar Franco. Já em 1978 o jornal Vanguarda de Brasília, primeiro nome do informativo da ACDF era utilizado para pedir uma representação política local no parlamento brasileiro. Graças ao trabalho desenvolvido pela associação o então senador Itamar Franco, hoje governador de Minas Gerais, à época integrante da Comissão de Brasília no Senado Federal, apresentou uma emenda à Constituição com a proposta. Oito anos depois, em 1986 o intento foi conseguido.

Um dos determinantes para a obtenção da emancipação políti-

ca de Brasília foi o debate pluripartidário realizado pela ACDF em abril de 1981. Na calçada diante do edifício Palácio do Comércio, construído pela associação em 1974, os presidentes dos principais partidos políticos em atividade no país se manifestaram a favor da emancipação. O deputado federal Ulysses Guimarães, presidente nacional do PMDB, o sindicalista Luís Inácio Lula da Silva, presidente do PT, o ex-governador Leonel Brizola, presidente nacional do PDT e o então senador Tancredo Neves, presidente do extinto Partido Popular (PP), defenderam que Brasília escolhesse seus governantes. "A tropa de choque da Polícia

Militar chegou para dispersar o debate, que havia se transformado em comício e estes grandes homens da República tiveram de deixar o local pela garagem do edifício", lembra-se o presidente em exercício da ACDF.

Com uma ação de efervescência política, assim que o DF conquistou o direito de eleger representantes, nada mais natural que esperar que alguns de seus quadros se tornassem estes representantes. Foi o que ocorreu. Nomes ainda hoje de grande projeção na política local como o do vice-governador Benedito Domingos, Osório Adriano, Jorge Cauhy, César Lacerda e Paulo Octávio tiveram vinculação com a ACDF, bem como alguns ainda mantêm.

No âmbito do desenvolvimento econômico, as conquistas não são menores. Assim como a "Cidade Livre" ficou conhecida na condição de Cidade-mãe, a Associação Comercial deu à luz outras entidades e movimentos. Do trabalho da ACDF nasceu a idéia do BRB - Banco de Brasília, da Federação das Indústrias do Distrito Federal (Fibra), da Federação do Comércio do DF (Fecomércio), do Centro de Convenções e do pavilhão de exposições do parque da cidade, hoje denominado ExpoBrasília, da Bolsa Mercantil do Distrito Federal, da Associação de Criadores do Planalto (ACP). Também decorre da ação da Associação a criação no DF da Junta Comercial, do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), a instalação da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) e a adoção, no passado pelo governo local, de uma secretaria de indústria e comércio. O museu de gemas na Torre de TV é outra decorrência da ação da ACDF, que fomentou a criação da Cooperativa de Produtores de Gemas e lutou pela criação de um pólo de gemas no DF.